
**AS IDEIAS CATÓLICAS NA
PRODUÇÃO EDITORIAL E NA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO BRASIL NO SÉCULO XX¹**

Décio Gatti Júnior²
Geraldo Gonçalves de Lima³

Resumo: *Trata-se da abordagem das doutrinas católicas disseminadas no Brasil no Século XX, em instituições escolares responsáveis pela formação de professores, principalmente, naquela relacionada à produção editorial de Theobaldo Miranda Santos, como autor participante da difusão editorial católica voltada à formação de professores. Houve pesquisa documental, com a abordagem de: manuais pedagógicos; legislação educacional; documentos eclesiais; além da pesquisa bibliográfica. A reflexão foi desenvolvida acerca das doutrinas católicas, base para a formação dos professores; em seguida, houve o exame da Divini Illius Magistri, compreendida como fonte documental sobre o fenômeno educacional, assim como a compreensão sobre os embates entre os projetos de católicos e escolanovistas.*

-
- 1 Versão modificada de texto publicado em inglês na Revista Diálogo Educacional (v.15, n. 46, 2015).
 - 2 Professor Titular de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio pós-doutoral concluído na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. E-mail: degatti@ufu.br
 - 3 Professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, com estágio pós-doutoral em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: geraldgli@yahoo.com.br

Palavras-Chave: *Doutrinação Católica, Formação Docente, História da Educação, Theobaldo Miranda Santos, Divini Illius Magistri.*

INTRODUÇÃO

Dentre os diferentes objetos de investigação possíveis, a produção investigativa mais recente, voltada especificamente para a história e a historiografia educacional no Brasil, tem considerado de forma destacada a influência de correntes ideológicas do pensamento pedagógico presentes direta ou indiretamente na formação de professores, sobretudo ao longo do século XX.

A presente investigação tem por objetivo geral explicar sobre as principais características do pensamento católico expresso na realidade educacional brasileira do século XX e sua repercussão em estratégias didáticas e pedagógicas, exclusivamente voltadas para a formação de professores em instituições escolares, principalmente por meio de produção editorial de manuais.

Neste sentido, em um primeiro momento, serão abordados os pressupostos doutrinários católicos, entendidos como base ideológica para a formação especificamente técnica e moral dos professores. Em seguida, realizar-se-á uma discussão acerca da Encíclica papal *Divini Illius Magistri* (Pio XI), compreendida como documento eclesial fundamental acerca da concepção educacional da Igreja, assim como os embates ideológicos com os partidários do escolanovismo. E, por último, propõe-se a análise da atuação de Theobaldo Miranda Santos como exemplo de autor de manuais escolares, vinculado ao projeto editorial católico dedicado à formação de professores, junto à Companhia Editora Nacional, de forma mais proeminente.

1. A DOCTRINAÇÃO CATÓLICA VOLTADA PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.

A Igreja Católica, a partir dos fins do Império brasileiro, teve uma mudança crucial em sua atitude perante as questões

doutrinárias, políticas e sociais. O movimento reformista católico no Brasil demonstrou-se inicialmente contrário ao catolicismo de tradições populares. O catolicismo clerical alterou a estratégia para uma atitude dinâmica e ativa de reconquista social. Como forma de consolidar as ações pastorais da Igreja Católica junto à sociedade brasileira, parte da estratégia estava no estímulo à vinda e à instalação de ordens e congregações religiosas europeias. Com isso,

Os institutos masculinos deram duas colaborações precípuas: a colaboração nas paróquias e a fundação de colégios. As congregações femininas passaram a atuar principalmente na área da educação e saúde. Esses institutos religiosos tornaram-se importante veículo para a implantação do modelo de Igreja hierárquica e tridentina, conforme o projeto dos bispos. Através de sua ampla rede escolar e paroquial, os religiosos contribuíram enormemente, especialmente junto às classes médias urbanas, para divulgar a ortodoxia da doutrina católica e contrapor-se, assim, a uma presença cada vez maior de outras denominações cristãs também atuantes na nação. (AZZI, 1994, p. 26 – 7)

A mobilização, o embasamento, o apoio, assim como a necessidade de implantação de movimentos da Ação Católica no Brasil foi reforçada pela publicação da Encíclica papal *Ubi Arcano Dei* (1922), de Pio XI. Em linhas gerais, o teor de tal documento perpassou pelo incentivo aos fiéis leigos católicos, no intuito de organização e de fundação de entidades, legiões e associações para auxiliar a Igreja Católica no combate aos obstáculos da “cristianização” do mundo: o protestantismo, o liberalismo, a maçonaria, o positivismo, o socialismo e o anarquismo, dentre outras doutrinas.

Por esse motivo, o conjunto de tais iniciativas leigas ficou conhecido como Ação Católica, sob inspiração do lema do

pontificado de Pio XI: “restaurar todas as coisas em Cristo”. Por isso, justifica-se a ideia de restaurar a hegemonia espiritual da fé católica no mundo, repleto de perigos doutrinários adversos e diversos.

Como fundação específica desse período, surge a Ação Católica, considerada o braço direito da hierarquia eclesiástica. A Ação Católica procura inocular nos leigos cristãos um sentido de presença ativa na sociedade, dentro de um espírito de ordem e disciplina eclesiástica. A função dos militantes católicos é manter-se numa linha de fidelidade absoluta à Santa Sé, cuja vontade é expressa através do episcopado. Segundo a concepção da época, esses movimentos leigos não são feitos para a transformação social da sociedade, mas apenas para sua transformação espiritual. (AZZI, 1994, p. 28)

Especificamente em referência ao tema da educação cristã da juventude, o Papa Pio XI também publicou, em 1929, a Encíclica *Divini Illius Magistri*, em que persuadiu os católicos à reflexão sobre as condições, a prioridade e os efeitos da doutrinação católica sobre a juventude, destacadamente. Descreveu também a necessidade de um posicionamento efetivo da Igreja em relação às discussões e reformas ocorridas em torno do sistema de ensino em diversos países do mundo. Por essa razão, entende que

É portanto da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexas íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último, assim na ordem atual da Providência, isto é, depois que Deus se nos revelou

no Seu Filho Unigênito que é o único “caminho, verdade e vida”, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã. (PIO XI, 1929)

Durante a década de 1940, o clero católico continuou a enfatizar ainda a importância de aperfeiçoar as atividades de ensino oferecidas em instituições escolares espalhadas por todo o mundo. Por ocasião da realização do Congresso da Confederação Interamericana de Educação Católica, em carta dirigida como resposta ao Cardeal do Rio de Janeiro (Jaime de Barros Câmara), de 7 de maio de 1949, Sua Santidade o Papa Pio XII assim afirmou, nesse sentido:

[...] Preciosas conseqüências serão, também, a difusão entre todos os católicos da América, dos princípios da Doutrina católica, no que se refere aos direitos da Igreja e da família, a sólida formação de professores leigos, que venham em auxílio do clero e educadores religiosos, tão reduzidos em número, e a multiplicação e aprimoramento dos educandários, como poderosa barreira ao desenvolvimento do ensino laico e protestante. Mas, o que no próximo congresso desejaríamos ver tratado, com especial atenção, é a formação “integral do adolescente” dentro da autorizada tradição da Igreja, sempre acessível aos progressos das ciências, mas indissoluvelmente ligada ao espírito do Evangelho. [...] A crise da autoridade é outro grande mal da nossa época. Estude-se o modo de introduzir, nos educandários católicos, organizações em que os alunos, exercitando a sua responsabilidade pessoal, reconheçam por si mesmo quanto seja indispensável, para obter o bem comum numa sociedade ordenada, o respeito e subordinação à autoridade dirigente. Não se deixem infeccionar os educadores católicos pelos erros que certas teorias modernas, eivadas de materialismo, vão introduzindo no campo educacional. Os sábios preceitos do humanismo cristão, insistindo

mais na formação do que a multiplicação de conhecimentos e mais na educação do que puramente no ensino, evitarão o perigo dessas Filosofias que a tantos tem levado a um reprovável pragmatismo. [...]. (Pio XII, 1949)

A promoção dos congressos sob responsabilidade da Confederação Interamericana de Educação Católica demonstra a tentativa de conduzir as atividades de ensino das instituições escolares americanas em consonância com os pontos básicos definidos pela Santa Sé. O Papa, como autoridade máxima da doutrina católica, enfatiza a necessidade de aproveitar os pontos positivos oriundos dos avanços das ciências e da organização legislativa referente ao ensino cada vez mais presente nas nações, mas sem perder a referência da Pedagogia cristã, perene, primordialmente de fundamentação tomista. A respeito da formação de pessoal docente, especialmente dos religiosos, assim como da questão dos títulos acadêmicos, o Prefeito da *Sacra Congregatio de Seminariis et Studiorum Universitatibus*, Cardeal José Pizzardo, assim definiu:

Ao apelar para a liberdade acadêmica e de equiparação de nossas escolas com as do Estado, implicitamente ou abertamente declaramos que nossas escolas não deixam nada a desejar, como deve ser na realidade. Pelo mesmo ponha-se sobretudo especial atenção aos títulos dos professores. Todos devem estar em ordem e ter o diploma exigido para a atividade própria escolar, de modo que não deve ser doloroso para reconhecer a base de algumas alegações de que se levantam contra a alegada falta de preparação do corpo docente nas escolas da igreja. Neste sentido, notamos que, desde há alguns anos está sendo acentuada na legislação dos diversos Estados, a tendência de exigir professores de escolas particulares, especialmente secundárias, equipados com as qualificações adequadas, sem o que é observado, não têm as

garantias necessárias sobre a sua preparação e profissionalismo. [...] Portanto, não se exortará nunca o suficientemente os Rvmos. Superiores, e especialmente as Rvmas. Superiores Gerais das famílias religiosas que se ocupam do apostolado educativo e docente, a que exigem o maior número possível de seus subordinados, especialmente aqueles envolvidos no ensino secundário, a prover-se dos títulos legais -acadêmicos. [...] (PIZZARDO, 1948, p. 6, tradução nossa)

Assumindo a educação escolar como importante estratégia para garantir a doutrinação dos povos, a Igreja Católica Apostólica Romana estimulou a criação de diversas instituições e associações para garantir o sucesso da empreitada apostólica em geral, e especificamente a educacional.

Tais associações condiziam com os preceitos divulgados pelos papas, no sentido de estimular a organização dos educadores religiosos enquanto responsáveis diretos pela condução dos processos de ensino e, por outro lado, pela formação humana cristã, nas escolas católicas sob responsabilidade das ordens e congregações religiosas.

2. PIO XI E A *DIVINI ILLIUS MAGISTRI* COMO FUNDAMENTAÇÃO DOUTRINAL CATÓLICA PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Divulgados pelos pontífices romanos, considerados representantes legítimos da vontade divina, os ideais e os valores católicos passaram a ser considerados como referência diante da variedade ideológica encontrada nos movimentos seculares dos séculos XVIII e XIX, como uma tendência do pensamento católico, difundido por meio de documentos eclesiais principalmente.

Por sua vez, no Brasil, tais orientações também podem ser observadas nos embates ideológicos presentes nas discussões

sobre a natureza, os meios e os pormenores da sistematização da instrução pública, desde fins do século XIX e início do século XX. Assim, podemos perceber três tendências ideológicas mais proeminentes no contexto brasileiro, sendo assim caracterizadas: a mentalidade tradicionalista, a liberal e a cientificista (destacadamente a de natureza positivista).

Em termos educacionais, tanto o Estado como a Igreja Católica tomaram iniciativas na criação, implantação e manutenção de instituições escolares. Com isso, a Igreja sempre se dedicou às questões educacionais, entendidas como condição para a veiculação de ideias e valores, em uma busca pela manutenção de sua hegemonia ideológica, como modelo de pensamento para a sociedade. Assim,

A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais. (SAVIANI, 2007, p. 179)

Dentre os documentos eclesiásticos que versam especificamente sobre a questão educacional, a expressão mais evidente dos valores católicos pode ser observada na publicação da Encíclica Papal *Divini Illius Magistri*, em 31 de dezembro de 1929, por Pio XI: “Na verdade, nunca como nos tempos presentes, se discutiu tanto acerca da educação; por isso se multiplicam os mestres de novas teorias pedagógicas, se excogitam, se propõem e discutem métodos e meios, não só para facilitar, mas também para criar uma nova educação [...]”. (PIO XI, 1929)

Especificamente na realidade brasileira, as estratégias católicas de divulgação e de consolidação de suas concepções

pedagógicas ganharam mais notoriedade a partir da década de 1920, destacadamente por meio da fundação da revista *A Ordem* (1921) e da criação do Centro Dom Vital (1922) por Jackson de Figueiredo (1891-1928), com o acompanhamento do Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942). No mesmo ano de 1922 foi fundada a Confederação Católica, posteriormente Ação Católica Brasileira (a partir de 1935).

Dentre os intelectuais representantes da ala militante do pensamento católico, talvez um dos mais engajados tenha sido Alceu Amoroso Lima (1893-1983), o “Tristão de Athayde”. Assim, ele manifestou-se acerca do caráter laicista do ensino brasileiro, em seus *Debates Pedagógicos*:

Esse regime de dissociação entre a finalidade instrutiva e a finalidade educativa – foi aquele em que vivemos aqui por quarenta anos por obra do laicismo de 1891. O Estado instruía apenas. De modo que os programas se organizavam com o fito único de ministrar noções de línguas, de ciências, de letras, sem que a mais remota instrução propriamente educativa viesse dar força interior a essa soma estéril de conhecimentos ministrados. Aprendíamos muito, muitas coisas, mas sem saber porque [*sic*] aprendíamos, nem para que. Aprendíamos por aprender, sem ter noção nenhuma de qualquer finalidade, a não ser um diploma que nos habilitasse a entrar para qualquer escola superior. O mais árido instrutivismo ou o mais deslavado utilitarismo dominavam em toda a linha. (ATHAYDE, 1931, p. 70)

Sendo assim, no sentido teleológico, Alceu Amoroso Lima explicita o entendimento de que não pode haver a distinção entre a instrução – meramente voltada para a difusão de saberes e de conhecimentos técnicos e científicos – e a educação, como processo de formação humanística mais ampla, em que outras dimensões da natureza antropológica também sejam consideradas, sobretudo os aspectos espirituais e éticos. Com isso,

Nos anos 1930, ainda que presente na defesa básica da liberdade de ensino e do direito de a família escolher a educação que mais conviesse aos filhos, Alceu não questionou o princípio de uma educação primária pública e gratuita. Mas, como político conservador, católico e simpatizante de um regime hierárquico autoritário, opôs-se tenazmente à laicidade [...] no ensino público. [...] Ao longo do Estado Novo e mesmo antes, Alceu foi o principal interlocutor da Igreja Católica com o Ministério da Educação e Saúde Pública. Defendendo a catolicidade como traço marcante do caráter nacional do brasileiro, acreditava que nenhum avanço poderia ocorrer em qualquer área caso não se respeitasse a fé religiosa e esta não fosse incluída nas principais instituições sociais. (CURY, 2010, p. 17 – 8)

Por sua vez, o escolanovismo manifestou-se relevante no cenário brasileiro durante o Governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Com a iniciativa da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos (1891-1968) foi o político convidado para ocupar o cargo de ministro da pasta.

Mineiro integrante da Escola Nova e que, juntamente com Mário Casasanta (1898-1963), Francisco Campos empreendeu a reforma da instrução pública em Minas Gerais, nos anos 1927 e 1928. Sequencialmente, já no conjunto de suas regulamentações de 1931, notabilizaram-se os pressupostos escolanovistas ao tratar a educação como questão nacional, importante quesito na consolidação e na integração brasileira.

[...] os pioneiros entendiam que a modernização da sociedade dependia de uma mudança de mentalidade que só poderia ser desencadeada por meio da renovação educacional. [...] a aplicação do conhecimento científico aos estudos pedagógicos, ao planejamento educacional e à administração do ensino escolar aparece como a expressão intelectual da progressi-

va onda de secularização e racionalização da cultura e como condição essencial para a constituição da sociedade moderna. (XAVIER, 1999, p. 46 – 7)

Todavia, curiosamente, um fato controverso merece destaque: a promulgação do Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas oficiais do país. Consequência de uma pretensa aliança entre católicos e escolanovistas, o retorno do ensino religioso às escolas oficiais demonstrava uma finalidade comum entre ambas as tendências: o combate ao avanço de ideias revolucionárias oriundas da Europa, por meio de militância entre os imigrantes europeus (principalmente alemães e italianos), ligados aos movimentos proletários (de matriz ideológica socialista, comunista e anarquista). Assim,

O confronto dos renovadores com a liderança católica deu-se no campo do debate entre correntes de pensamento com fundamentos muito distintos. Os liberais, com os quais os pioneiros da Escola Nova queriam ser identificados, reivindicavam os direitos do foro íntimo diante das pretensões de todas as igrejas estabelecidas. Foi conflituosa a relação entre liberais e autoridades religiosas. Para os primeiros, o Estado deveria abster-se de colocar seu braço secular à disposição de uma ortodoxia, seja ela política ou religiosa. Estabelecer a obrigatoriedade do ensino religioso na rede escolar é uma dessas heresias contra a qual a matriz de pensamento liberal se rebelou. (BOMENY, 2001, p. 50)

Para os católicos, o individualismo típico da modernidade era a expressão mais acabada do liberalismo e representava uma ameaça ao projeto social de fraternidade e de coletivismo cristão. Assim, as ações e os valores da Igreja Católica encontravam-se inseridos no projeto hegemônico da burguesia industrial na realidade brasileira. Desse modo,

Tratava-se, em última análise, de uma união de forças para combater o inimigo comum representado pelos movimentos de tendência liberal, anárquica e socialista. Importa ainda ressaltar a importância que o ensino da doutrina católica assumiu nesse período. Entre as grandes metas da atividade pastoral da Igreja estava, sem dúvida, o predomínio da doutrina católica sobre a vida de toda a nação. A atuação da Igreja se orienta por duas linhas principais: de um lado, a insistência nas verdades católicas, ou seja, no dogma, na fé católica; e de outro, a valorização da moral católica, ou seja, das orientações da Igreja referentes à conduta individual e familiar das pessoas. (AZZI, 1994, p. 30)

Como pressuposto dessas tendências de aliança entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, observa-se que no decorrer de toda a República Velha (1889-1930), alguns intelectuais⁴ demonstraram-se ocupados com a defesa de um discurso pedagógico, entendendo a escolarização como forma, meio e instrumento de aprimoramento social.

Dessa maneira, da República teoricamente construída, de acordo com determinados níveis de aspiração, restou a República possível, realizada sob a orientação e a pressão das forças sociais mais ponderáveis da situação histórico-social do

4 Como manifestação dessas tendências liberais, nota-se as inúmeras reformas de ensino em estados brasileiros, assim como a publicação de obras e artigos com discursos condizentes com os princípios: Caetano de Campos, responsável pela reforma do Ensino em São Paulo, de 1890; Rui Barbosa, ao defender o método intuitivo em seus célebres “pareceres”; Estevam de Oliveira e João Pinheiro, em Minas Gerais, ao implantar os grupos escolares a partir de 1906; Sampaio Dória, em 1920, nova reforma do ensino em São Paulo; inspirados na reforma paulista de 1920, outras reformas estaduais ocorrem, como por exemplo, a do Ceará (Lourenço Filho, 1922), a da Bahia (Anísio Teixeira, 1925), a de Minas Gerais (Francisco Campos e Mário Casasanta, 1927), a do Distrito Federal (Fernando de Azevedo, 1928) e a de Pernambuco (Carneiro Leão, 1929). (SAVIANI, 2007, p. 171 – 7)

período. Daí o desânimo, mais que o desânimo, as desilusões e as frustrações que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a Primeira República até cerca de 1920. Até próximo a essa data porque, por esse tempo, das próprias desilusões e frustrações se liberam as energias acumuladas, que motivam amplo processo de reorientação do pensamento e da atuação. (NAGLE, 1974, p. 100 – 1)

Percebe-se que a atuação de intelectuais foi crucial para a efetiva renovação, mudança ou até mesmo a manutenção de diversas questões ligadas à educação. Isso evidencia o quanto é imprescindível a participação efetiva e a produção teórica que ofereça um suporte para as ações do Estado, entendida como instância responsável pela garantia da efetividade da educação pública. Neste sentido,

[...] falar da educação brasileira no período posterior a 1930 é falar dos impasses, tensões e negociações que selaram o processo histórico de constituição do Estado Republicano no Brasil. [...] Tratava-se de adequar o sistema de ensino às novas demandas postas pelo avanço tecnológico e pelo crescimento urbano em meio à reformulação dos pactos oligárquicos e clientelísticos que tradicionalmente marcaram a vida política brasileira. [...] a disputa entre as diversas linhas pedagógicas expressava, em última análise, a concorrência entre projetos alternativos de reconstrução nacional. (XAVIER, 1999, p. 38)

Por conseguinte, as lideranças do Estado brasileiro necessitavam conciliar ambas as propostas de reconstrução nacional (católica e “pioneiros”) para promover as reformas e as adequações necessárias no meio escolar, cedendo a ambos os grupos, de maneira alternada e consensual, quando possível. A disputa ideológica entre os grupos citados manifestou-se na realidade

brasileira de formas variadas: seja na participação direta ou indireta dos órgãos do Governo ou de instituições representativas da sociedade civil, seja na produção intelectual, presente em artigos, obras literárias em geral, manuais escolares, etc.

3. A OBRA DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS (1904-1971) E A COMPANHIA EDITORA NACIONAL COMO PROJETO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Com a expansão da rede escolar brasileira, sobretudo a partir das Reformas de Ensino empreendidas ao longo das primeiras décadas do século XX, houve a necessidade de organização de estratégias técnicas e metodológicas para a formação docente. Uma das táticas mais adotadas foi a elaboração, a editoração e a publicação de manuais didáticos voltados especificamente para a formação de professores, principalmente por autores de tendências católicas ou escolanovistas.

Assim sendo, na primeira metade do século XX, diante de uma realidade de mercado editorial em expansão, a Companhia Editora Nacional (CEN)⁵ optou pela estratégia de publicação de obras organizadas e reunidas no formato “biblioteca”, “coleção” ou ainda “série”.

A produção de coleções pela CEN pode ser dividida em diversos segmentos: as coleções didáticas voltadas para os alunos do ensino básico e secundário, romances organizados por meio de coleções, coleções de cunho religioso ou com objetivo ético mais moralizante, coleção voltada para o conhecimento do país e coleções voltadas para a formação de professores. [...] Voltados para profissionais do ensino, alunos da gradu-

5 Para mais detalhes sobre a atuação da Companhia Editora Nacional, conferir a seguinte obra: TOLEDO, M. R. de A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ação e público em geral que se interessavam por questões referentes aos estudos sociais, políticos, econômicos, sobretudo referências brasileiras, tiveram grande aceitação pelo mercado editorial, pois eram obras que abrangiam um grande público, especializado ou não. (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 33)

A partir do século XX, a franca ampliação do mercado editorial brasileiro, coincidiu com o aumento da demanda escolar, de nível primário, sobretudo, e consequente formação de professores, destacadamente normalistas, e com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto n.º 19.402, de 14 de novembro de 1930. As editoras brasileiras, em geral, e a Companhia Editora Nacional, em especial, investiram na edição, produção e distribuição de obras didáticas, visando o atendimento às necessidades de mercado decorrentes da expansão escolar notada no país. Desse modo,

[...] não poderia deixar de enfatizar que este contexto está marcado pela construção de um ideário de modernidade, civilidade e que visa a formação da identidade nacional. Médicos, educadores, engenheiros, literatos, enfim, intelectuais que atuavam em diferentes frentes, discutiam apaixonadamente o tema da identidade cultural e nacional do país, configurando a institucionalização de um ideário moderno, que passa a ocupar diferentes lugares sociais. [...] Reformas da instrução pública, projetos de reformulação da formação de professores e projetos de renovação de ensino tomam corpo em intensos debates travados entre intelectuais e profissionais do ensino, que conduzem o projeto de modernização do Estado. (ROBALLO, 2007, p. 10)

Autores como Lourenço Filho, Francisco Vianna, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Theobaldo Miranda Santos publicaram obras voltados especificamente para a

formação de professores. Estes e outros autores investiram na produção editorial como estratégia para a difusão de ideias e de valores no campo educacional. De forma geral, conforme Toledo (2001), os autores dos principais manuais escolares produzidos poderiam ser categorizados em dois grupos ideológicos, pelo menos: os católicos e os liberais (“pioneiros”).

Entre 1931 e 1945, período em que Fernando de Azevedo dirigiu a *Coleção Atualidades Pedagógicas* (Companhia Editora Nacional), a disputa entre ambos os grupos poderia ser percebida na própria divisão ocorrida entre as editoras pertencentes a Octalles Marcondes Ferreira: as obras dos católicos eram publicadas pela Civilização Brasileira, enquanto as dos pioneiros eram publicadas pela Companhia Editora Nacional.

Os autores católicos, como Theobaldo Miranda Santos, apenas publicariam suas obras pela Companhia Editora Nacional após 1945, quando Damasco Penna assumiu a direção das coleções *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*, com uma postura mais eclética.

Segundo Carvalho (2003), apesar da proclamada disputa entre católicos e pioneiros, a orientação dada aos agentes e militantes católicos era a de que tentassem adequar-se aos avanços decorrentes do conhecimento humano, sobretudo científico, inclusive de certos preceitos defendidos pelo movimento escolanovista (pioneiros). Contudo, conforme orientação da Encíclica papal, *Divini Illius Magistri*, de Pio XI (1929), todo e qualquer saber, técnico ou científico, deveria ser depurado, no sentido de não contrariar os pressupostos básicos da doutrinação católica. Dessa forma, essa orientação também vale para a produção de manuais escolares, publicados no mercado editorial do país.

Os manuais revelam um ideal pedagógico que contribuiu para o reforço ao seu público (normalistas em formação, alunos de licenciaturas, além dos professores), no qual a docência é concebida como sacerdócio, mas especialmente com uma

concepção de educação de forte conteúdo doutrinário, seja do ponto de vista do humanismo tradicional católico, seja do humanismo moderno disseminado pelo escolanovismo – herdeiro do hegelianismo, do evolucionismo, do positivismo e do cientificismo. (ARAÚJO, RIBEIRO e SOUZA, 2011, p. 135)

Theobaldo Miranda Santos, autor militante católico, por exemplo, tinha sob sua direção duas coleções, publicadas pela Companhia Editora Nacional, das quais também era o autor: *Curso de Psicologia e Pedagogia* (a partir de 1945) e *Curso de Filosofia e Ciências* (a partir de 1946). Neste sentido,

Autor católico influente nos meios intelectuais e educacionais, Theobaldo Miranda Santos participou ativamente do desenrolar das tramas políticas e intelectuais concernentes à educação e suas finalidades éticas, morais e religiosas. Igualmente a outros intelectuais católicos, cristão militante, o autor via na educação das novas gerações a possibilidade de difundir uma visão de mundo católica e humanista. (SILVA, 2014, p. 11)

Além disso, alguns de seus títulos também foram publicados na coleção *Atualidades Pedagógicas* (a partir de 1945) e *Iniciação Científica* (a partir de 1946). No caso, as coleções *Curso de Psicologia e Pedagogia* e *Atualidades Pedagógicas* são voltadas exclusivamente para a formação de professores e / ou profissionais da educação. Segundo Almeida Filho (2008), as obras da Coleção *Curso de Psicologia e Pedagogia* podem ser classificadas nas seguintes áreas do conhecimento (ver Quadro 1), ligadas intrinsecamente à formação de professores:

Quadro 1 – Classificação das obras da Coleção

Curso de Psicologia e Pedagogia

| ÁREAS DO CONHECIMENTO (5) | OBRAS (COLEÇÃO CURSO DE PSICOLOGIA E PEDAGOGIA) | |
|--|--|--|
| 1. Teoria Geral | <ul style="list-style-type: none"> • Filosofia da Educação; • História da Educação; | <ul style="list-style-type: none"> • Psicologia da Educação; • Sociologia da Educação; |
| | | |
| 2. Didática, Prática de Ensino e Metodologia de Ensino | <ul style="list-style-type: none"> • Noções de Didática Geral; • Noções de Didática Especial; • Noções de Prática de Ensino; | <ul style="list-style-type: none"> • Noções de Metodologia do Ensino Primário; • Métodos e Técnicas do Estudo e da Cultura; |
| | | |
| 3. Teoria Pedagógica Específica | <ul style="list-style-type: none"> • Noções de Pedagogia Científica; • Noções de Psicologia da Criança; • Noções de Psicologia do Adolescente; • Noções de Psicologia da Aprendizagem; | <ul style="list-style-type: none"> • Noções de Psicologia Aplicada; • Noções de Psicologia Experimental; • Orientação Psicológica da Criança; |
| | | |
| 4. Organização da Estrutura da Escola Primária e Secundária e Cultura Escolar | <ul style="list-style-type: none"> • Manual do Professor Primário; | <ul style="list-style-type: none"> • Manual do Professor Secundário; |
| | | |
| 5. Administração Escolar | <ul style="list-style-type: none"> • Noções da Administração Escolar. | |

Fonte: adaptado pelos autores conforme Almeida Filho (2008, p. 199 – 200).

Por sua vez, outros títulos também estavam em preparação, conforme consta a observação da contracapa do volume 2 (*Noções de História da Educação*), 10.^a edição (1964): 20. *Grandes Mestres da Pedagogia Moderna*; 21. *Grandes Mestres da Psicologia Moderna*; *Dicionário de Pedagogia Moderna*. Evidentemente, estes manuais escolares eram elaborados com a finalidade de material pedagógico para uso direto na formação de professores, ou com demais profissionais relacionados à educação, como atesta a observação constante na capa do Volume 2, *Noções de História da Educação* (Coleção *Curso de Psicologia e Pedagogia*): “para uso das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia”.

Consoante Roballo (2007), nas primeiras décadas republicanas, havia um discurso voltado para uma pedagogia moderna, criteriosa, metódica e sistemática. Os manuais escolares tornaram-se importantes dispositivos para a veiculação de hábitos, costumes, ideias, valores e saberes.

Como manuais escolares, as obras dos autores (Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos) assumiram a forma de instrumentos, elaboradas no âmbito de uma determinada cultura escolar: de ensino (como ferramentas para os professores) e de formação (como mecanismos para os estudantes).

Roballo (2007), por exemplo, abordou manuais de História da Educação produzidos por Júlio Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos, por serem elaborados com o intuito explícito de servir como cânone de conhecimentos considerados necessários para o exercício docente, a partir de regulamentações legislativas inclusive (currículo prescrito).

Assim, o propósito de *inventariar* os manuais a partir da reconstituição de algumas características materiais como a organização e disposição tipográfica, a capa, a contracapa, os enunciados, a apresentação das imagens e outros recursos que compõem estes materiais pedagógicos, caracterizam-se

pela tentativa de entendê-los enquanto objetos pedagógicos e culturais. Eis nossa justificativa para lembrar que tanto Afrânio Peixoto como Theobaldo Miranda Santos deixaram um legado sobre educação que colaborou para uma memória de formação docente. (ROBALLO, 2007, p. 109, grifo dos autores)

Dessa forma, as obras de Theobaldo Miranda Santos, sobretudo a Coleção *Curso de Psicologia e Pedagogia*, obtiveram muito sucesso de vendas no mercado editorial brasileiro e conseguiram surpreendente circulação nos meios acadêmicos de formação de professores, sobretudo normalistas. Tornou-se referência em como ferramentas impressas na forma de manuais escolares foram largamente utilizadas como meio para disponibilizar saberes técnicos e teóricos para os docentes, assim como forma de veicular valores, independentemente da linha ideológica que os justifiquem.

Neste sentido, por sua militância católica, Theobaldo Miranda Santos pode ser caracterizado como um autor marcadamente voltado para a veiculação de valores e de padrões neotomistas por meio de manuais escolares, voltados para áreas como Filosofia da Educação e História da Educação, respectivamente sob a influência de intelectuais como Frans De Hovre (1884-1956) e Louis Riboulet (1871-1944).

Assim, as obras didáticas de Theobaldo Miranda Santos influenciaram a formação de professores, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, representando a iniciativa católica em assumir a produção de material pedagógico como estratégia de propagação dos ideários e dos padrões doutrinários considerados em conformidade com a Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade contextual brasileira do século XX, mesmo com o avanço e a proclamação do modelo republicano no Bra-

sil, consideramos que indubitavelmente a Igreja Católica ainda demonstra-se como importante instituição dedicada ao ensino escolar, além de outras atividades apostólicas.

A presença de congregações e de ordens religiosas, femininas e masculinas, mantenedoras de instituições escolares, pressupõe a afirmação de um projeto católico mais amplo para a sociedade contemporânea, no sentido de sentido de “restaurar” a unidade cristã e os valores considerados autênticos pelos diversos documentos eclesiais, difundidos pelo mundo todo. Contudo, a Encíclica papal *Divini Illius Magistri* (Pio XI, 1929) merece destaque por expressar a concepção católica de educação e seu papel no meio social contemporâneo frente às demais propostas de movimentos sociais, cada vez mais presentes na realidade social em todo o mundo.

Dedicados a esta empreitada, intelectuais brasileiros como Alceu Amoroso Lima dedicaram-se ativa e teoricamente ao projeto católico de restaurar a hegemonia ideológica frente às alternativas teóricas, como o movimento da Escola Nova. Por sua vez, do ponto de vista editorial, destaca-se a atuação de Theobaldo Miranda Santos, importante autor católico de manuais escolares, publicados principalmente pela Companhia Editora Nacional. Suas obras obtiveram ampla circulação em instituições escolares voltadas para a formação de professores em todo o Brasil e no exterior, demonstrando a intenção do projeto editorial de produção de manuais como estratégia de formação técnica e de doutrinação moral de professores e de estudantes, segundo os preceitos católicos.

CATHOLIC IDEAS IN PUBLICATIONS AND IN TEACHER TRAINING IN BRAZIL IN THE TWENTIETH CENTURY

Abstract: *This study deals with Catholic doctrines disseminated in Brazil in the twentieth century in school institutions responsible for teacher training, especially in relation to publications of Theobaldo Miranda San-*

tos, an author that participates in Catholic publishing directed to teacher training. There was documental research involving pedagogical manuals, educational legislation, and church documents, as well as bibliographical research. Reflection was developed in regard to Catholic doctrines, the basis for teacher training. After that, there was examination of *Divini Illius Magistri*, understood as the documentary source regarding the field of education, as well as understanding of the conflicts between the Catholic project and that of the New School (*Escola Nova*) proponents.

Keywords: Catholic doctrinal formation, Teacher training, History of Education, Theobaldo Miranda Santos, *Divini Illius Magistri*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, O. J. de. *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, J. C. S., RIBEIRO, B. de O. L. e SOUZA, S. T. de. Haveria uma historiografia brasileira expressa pelos manuais didáticos publicados entre 1914 e 1972? In: CARVALHO, M. M. C. de e GATTI JÚNIOR, D. (orgs.). *O ensino de História da Educação*. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil. vol. 6. Vitória, ES: EDUFES, 2011.

ATHAYDE, T. *Debates Pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931. p. 67 – 106.

AZZI, R. *A neocristandade – um projeto restaurador*. Coleção História do pensamento católico no Brasil. Vol. 5. São Paulo: Paulus, 1994.

BOMENY, H. M. B. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a república e outros ensaios*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

CURY, C. R. J. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 128 p.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PIO XI. *Divini Illius Magistri*. Carta Encíclica. 1929. Disponível em: <<http://www>.

vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html> Acesso: 10 abr. 2011.

PIO XII. [carta] *Carta ao Cardeal do Rio de Janeiro Jaime de Barros Câmara*. Vaticano, 07.05.1949.

PIZZARDO, J. *Normas Directivas de la Oficina Central de Enseñanza de la Sagrada Congregación de Seminarios y Universidades de Estudios con ocasión del III Congreso Interamericano de Educación Católica (La Paz, Sept.-Oct. de 1948)*. Roma, 28 de agosto de 1948.

ROBALLO, R. de O. B. *História da Educação e a formação de professoras normalistas: as noções de Afrânio Peixoto e de Theobaldo Miranda Santos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Coleção memória da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, R. F. da. *Filosofia da Educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

TOLEDO, M. R. de A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

XAVIER, L. N. *O Brasil como laboratório – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais*. Bragança Paulista: IFAN; CDAPH; EDUSF, 1999.